



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

1. PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE RONDA ALTA - RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo e Administração, mediante seu Agente de Contratações e equipe de apoio, designados pela **Portaria nº 023/2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, encontra-se aberta a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.048 de 22 de fevereiro de 2023 e condições previstas no Edital e seus anexos.

1.2. Podendo os eventuais interessados apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

1.3. Limite para apresentação da proposta de preços: 16/12/2025 às 14h29min.

1.4. Data de abertura das propostas: 16/12/2025 às 14h30min.

1.5. O setor de licitações receberá as propostas financeiras das Empresas **exclusivamente por e-mail, até às 14h29min do dia 16 de dezembro de 2025**, através do e-mail **propostas@rondaalta.rs.gov.br**. Após o horário acima indicado dar-se-á por encerrado o recebimento das propostas financeiras.

1.6. No email **propostas@rondaalta.rs.gov.br** serão recebidas apenas as propostas financeiras.

1.7. As dúvidas pertinentes ao presente processo serão esclarecidas pelo Setor de Licitações, junto ao Município de Ronda Alta/RS, em horário de expediente, sendo de segunda a sexta-feira das 08:00hs as 12:00hs e das 13:30hs as 17:30hs, ou pelo fone (54)3364-5900, ou pelo e-mail **licitacao@rondaalta.rs.gov.br**.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto a Contratação de empresa especializada para execução de 6 sondagens de simples reconhecimento do solo (SPT) com profundidade mínima de 10 metros cada, totalizando 60 metros, incluindo relatório e ART.

Especificações técnicas dos serviços

A empresa contratada deverá seguir as normas da ABNT:

Normas técnicas aplicáveis ao SPT (Especificação Técnica Oficial)

1) ABNT NBR 6484 — Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos – Método de Ensaio
É a norma **principal** do SPT no Brasil.

Define:

- Procedimento de perfuração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

- Equipamentos obrigatórios
- Hastes, amostradores e martelo padronizado
- Quantidade de golpes e método de medição (NSPT)
- Registro do nível de água
- Coleta e armazenamento de amostras
- Modelo de boletins e relatórios

2) ABNT NBR 8036 — Programação de Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos

Define:

- Quantidade mínima de furos
- Locação dos pontos no terreno
- Profundidade mínima
- Critérios para interromper a sondagem
- Critérios específicos para obras (ex.: edificações, muros, pavimentação)

3) ABNT NBR 7250 — Identificação e Descrição de Amostras de Solo Obtidas em Sondagens

Define:

- Padrão de descrição visual-táctil das amostras
- Classificação preliminar do solo
- Cor, plasticidade, consistência, granulação
- Forma correta de etiquetar e guardar amostras

4) ABNT NBR 6502 — Rochas e Solos

Norma geral de classificação de solos e rochas que deve ser usada **em conjunto com o relatório de sondagem**.

5) ABNT NBR 6122 — Projeto e Execução de Fundações

Não é uma norma de sondagem, mas determina **obrigatoriedade da investigação geotécnica (SPT)** para qualquer obra de edificação no Brasil.

6) Especificações do Manual de Sondagens – ABGE (Associação Brasileira de Geologia de Engenharia)

Documento reconhecido nacionalmente como referência técnica:

- Procedimentos operacionais
- Descrição geológica
- Critérios de segurança
- Registros de campo

2.2. Eventuais interessados poderão apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, considerando o menor valor como REFERÊNCIA.

2.3. Melhor proposta até o momento da publicação: Empresa a ser contratada **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **XXXXXX**, que apresentou o valor de R\$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais), conforme segue:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. / QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para execução de 6 sondagens de simples reconhecimento do solo (SPT) com profundidade mínima de 10 metros cada, totalizando 60 metros, incluindo relatório e ART.	01	R\$ 10.950,00	R\$ 10.950,00
VALOR TOTAL: R\$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais)				

2.4. A CONTRATADA é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A contratação dos serviços de sondagem de solos à percussão (SPT) justifica-se pela necessidade de obter informações geotécnicas precisas e confiáveis do terreno destinado à construção da UBS Porte II, localizada na Avenida Presidente Vargas, no Município de Ronda Alta/RS. Esses dados são essenciais para subsidiar o dimensionamento das fundações e demais elementos estruturais da edificação, conforme exigido pelas normas técnicas vigentes, especialmente ABNT NBR 6484, NBR 8036 e NBR 7250. A ausência dessa investigação inviabiliza a elaboração adequada dos projetos de engenharia e pode acarretar riscos estruturais, retrabalhos, custos adicionais e atrasos na execução da obra.

O Município não dispõe de corpo técnico, equipamentos específicos ou estrutura operacional para executar sondagens geotécnicas, atividade que demanda equipe treinada, equipamentos de perfuração, metodologia padronizada, laudos técnicos e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Dessa forma, a execução direta é inviável, sendo necessária a contratação de empresa especializada.

Considerando-se que os serviços possuem especificações padronizadas e metodologia amplamente definida pelas normas da ABNT, o critério de julgamento pelo menor preço mostra-se adequado, garantindo economicidade sem prejuízo da qualidade. Ademais, a pesquisa de mercado demonstrou valores compatíveis com o limite estabelecido no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a dispensa de licitação.

Diante do exposto, a contratação é necessária, vantajosa e oportuna, assegurando o atendimento às normas técnicas, a segurança do empreendimento e a continuidade regular do projeto da nova Unidade Básica de Saúde.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

4.1. Poderão participar deste processo somente às pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta dispensa que atenderem todas as exigências, e;

4.1.1. As empresas que não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas;

4.1.2. As empresas que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

4.2. Das Vedações:

4.2.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

II - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

IV - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

V - agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

VI - o impedimento de que trata a o item I, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

VII - durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1 A proposta deverá ser apresentada por meio eletrônico preferencialmente em folhas da empresa, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, enviada por email, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, nº do CNPJ, **TELEFONE E E-MAIL**, e nome da pessoa indicada para contatos (obrigatoriamente);

b) validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias, conforme Artigo 90º, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Deve ser indicado preço líquido unitário e total, em moeda nacional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

5.3. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação;

5.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas (02) casas decimais após a vírgula.**

5.5. A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO POR GLOBAL.**

5.6. Não serão aceitas propostas com valores acima do valor de referência apresentado acima.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (VENCEDORA):

6.1. A empresa detentora da melhor oferta e consequentemente vencedora do certame, terá um prazo de no máximo 02 (dois) dias úteis para apresentar os seguintes documentos de habilitação (entregues na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Praça Mose Missio, S/N, Centro Administrativo Dervile Luiz Fachini, bairro Centro do município de Ronda Alta/RS, ou através do e-mail propostas@rondaalta.rs.gov.br):

6.1.1. Da Habilitação Jurídica:

a) Cópia de CPF e RG do(s) sócio(s) proprietário(s) da empresa (apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor da Prefeitura de Ronda Alta/RS, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, ficando aqueles obtidos por meio da Internet dispensados de autenticação e sujeitos a sua verificação);

b) Cartão CNPJ com atividade compatível com o objeto da licitação;

c) Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

6.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita federal do Brasil;

b) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

c) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

e) Certidão Negativa Trabalhista.

f) Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
<https://certidoes.cgu.gov.br/>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

6.1.3. Da Qualificação Econômica Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.1.4. Demais Documentos:

a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002, conforme modelo do **ANEXO II**;

b) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo do **ANEXO I**;

c) Declaração de cumprimento do ART. 14, INICISO VI, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme modelo do **ANEXO III**;

6.1.5. Da Qualificação Técnica:

a) Registro do profissional que será o responsável técnico no conselho profissional competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

b). QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO

a) A contratada deverá apresentar profissional habilitado em uma das áreas habilitadas a realizar os serviços (Engenharia Civil ou, Geologia).

b) Comprovação do registro regular do profissional no conselho de classe e vínculo com a empresa participante; em se tratando de sócio ou proprietário da empresa participante, sua comprovação se dará com apresentação do contrato social, e no caso de empregado, mediante cópia da carteira de Trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços em vigor, firmado entre as partes.

c) A prestação dos serviços possui natureza especializada, demandando profissional geólogo ou engenheiro devidamente registrado no CREA e com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para o objeto.

7. DOS PRAZOS:

7.1. O início dos serviços deverá ser realizado em no máximo 20 dias após a assinatura do contrato.

7.2. O prazo máximo para execução dos serviços será de **7 dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

7.3. Em caso de condições climáticas adversas, dificuldades de acesso ou interferências que impeçam a execução, o prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa formal da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.

7.4. A CONTRATADA deverá comunicar diariamente o andamento dos trabalhos, informando eventuais interrupções ou mudanças no cronograma.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas do presente processo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

0902 10 301 0047 2050 339039 00 00 00 00 500 0000

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado através de TED ou transferência Bancária em nome da empresa vencedora do certame, até o 10º dia útil ao mês subsequente ao da realização dos serviços e da emissão da Nota Fiscal.

10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

10.1. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso **II** da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) ¹

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

11.2. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas no prazo.

11.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

11.4. A Administração se reserva o direito de recusar serviços ou peças não condizentes com o disposto neste edital.

¹ JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

11.5. A empresa contratada deverá garantir serviço de Assistência Técnica durante o Prazo do contrato, bem como deverá prestar garantia, pelo mesmo período, pelos serviços e equipamentos utilizados, quando e se for o caso.

11.6. Será fiscal do contrato e responsável pelo acompanhamento do presente Processo, servidores designados pela Secretaria responsável.

11.7. São anexos deste Edital:

Anexo I – Declaração de Cumprimento ao Artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal;

Anexo II - Declaração de que a empresa cumpre o disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021.

Anexo III - Declaração de cumprimento do ART. 14, INICISO VI, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Anexo IV – Minuta Contratual.

Anexo V – Modelo de proposta.

11.8. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Ronda Alta- RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Ronda Alta, 11 de dezembro de 2025.

MARCOS MIGUEL BEUX
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaro/Declaramos, sob as penas da Lei, que _____
(nome da licitante), CNPJ nº _____, não desenvolve trabalho noturno,
perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho
com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em
cumprimento do disposto no artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2025.
Local e Data.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA CUMPRE O DISPOSTO NO ARTIGO 14, INCISO IV, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

A empresa (nome da licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, localizada no endereço _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, vem declarar que não existe em seu quadro de empregos, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 14, inciso IV da Lei 14.133/21.

_____, _____ de _____ de 2025.
Local e Data.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 14, INCISO VI, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (MODELO)

Declaro/Declaramos, sob as penas da Lei, que

_____ (nome da licitante), CNPJ
Nº _____, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do
edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho
infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por
contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. Declaro ainda que
não tenho conhecimento de qualquer processo ou investigação em curso que possa resultar em
condenação por qualquer das infrações mencionadas acima.

_____, _____ de _____ de 2025.
Local e Data.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RONDA ALTA E A EMPRESA.....

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RONDA ALTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrição no CNPJ nº 87.711.503/0001-53, com sede na Praça Mose Missio, s/nº, representado pelo seu Prefeito Municipal **MARCOS MIGUEL BEUX**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 900.***.060-** e RG nº 30**13**92, residente e domiciliado em Ronda Alta/RS.

CONTRATADA:, com sede na, nº, Bairro, no Município de, CEP:, inscrita no CNPJ nº, representada neste ato por, portador do CPF nº, e RG nº, residente e domiciliado em

Resolvem celebrar o presente contrato nos termos do **Processo Administrativo Nº 091/2025, Dispensa de Licitação Nº 171/2025**, e dos dispositivos instituídos pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes às quais se sujeitam, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa especializada para execução de **6 sondagens de simples reconhecimento do solo (SPT)** com profundidade mínima de **10 metros cada**, totalizando **60 m**, incluindo relatório e ART.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. / QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para execução de 6 sondagens de simples reconhecimento do solo (SPT) com profundidade mínima de 10 metros	01	R\$ 10.950,00	R\$ 10.950,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

	cada, totalizando 60 metros, incluindo relatório e ART.			
--	---	--	--	--

VALOR TOTAL: R\$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais)				
---	--	--	--	--

2.4. A CONTRATADA é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Especificações técnicas dos serviços

A empresa contratada deverá seguir as normas da ABNT:

Normas técnicas aplicáveis ao SPT (Especificação Técnica Oficial)

1) ABNT NBR 6484 — Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos – Método de Ensaio

É a norma **principal** do SPT no Brasil.

Define:

- Procedimento de perfuração
- Equipamentos obrigatórios
- Hastes, amostradores e martelo padronizado
- Quantidade de golpes e método de medição (NSPT)
- Registro do nível de água
- Coleta e armazenamento de amostras
- Modelo de boletins e relatórios

2) ABNT NBR 8036 — Programação de Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos

Define:

- Quantidade mínima de furos
- Localização dos pontos no terreno
- Profundidade mínima
- Critérios para interromper a sondagem
- Critérios específicos para obras (ex.: edificações, muros, pavimentação)

3) ABNT NBR 7250 — Identificação e Descrição de Amostras de Solo Obtidas em Sondagens

Define:

- Padrão de descrição visual-tátil das amostras
- Classificação preliminar do solo
- Cor, plasticidade, consistência, granulação
- Forma correta de etiquetar e guardar amostras

4) ABNT NBR 6502 — Rochas e Solos

Norma geral de classificação de solos e rochas que deve ser usada **em conjunto com o relatório de sondagem**.

5) ABNT NBR 6122 — Projeto e Execução de Fundações

Não é uma norma de sondagem, mas determina **obrigatoriedade da investigação geotécnica (SPT)** para qualquer obra de edificação no Brasil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

6) Especificações do Manual de Sondagens – ABGE (Associação Brasileira de Geologia de Engenharia)

Documento reconhecido nacionalmente como referência técnica:

- Procedimentos operacionais
- Descrição geológica
- Critérios de segurança
- Registros de campo

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

1. Pela execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de
 2. O pagamento será efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente ao **da prestação do serviço**, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, que deverá conter em local de fácil visualização a indicação do nº do processo, a fim de acelerar o tramite de recebimento e posterior liberação de pagamento do documento.
 3. O pagamento será feito através de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome da Empresa vencedora, agências do Banco do Brasil, Banrisul, Sicredi, Caixa ou outra a ser informada, através dos Recursos Orçamentários correspondentes.
 4. A tributação sobre o Imposto de Serviços de Qualquer Natureza – ISS referente a presente contratação, se dará em conformidade com as leis que regem a matéria a nível municipal especialmente na Lei nº 1719/2013 e Decreto nº 1839/2020.
 5. O valor acima determinado engloba toda e qualquer despesa que a CONTRATADA deva sofrer para prestar os serviços de modo seguro e eficiente, tais como: mão de obra, combustível, lubrificantes, manutenção, peças, pneus, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, comerciais, sociais, equipamentos, seguros de acidentes, contribuições previdenciárias e fiscais, transporte, uniformes, alimentação e outras decorrentes da execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- § 1º. O pagamento da nota fiscal/fatura será feito pelo valor nela indicado.

CLÁUSULA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis que venham a inviabilizar ou modificar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores, tanto para aumentar ou diminuir os valores, visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado.
2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
3. O prazo para resposta da solicitação de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO será de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

1. O início dos serviços deverá ser realizado em no máximo 20 dias após a assinatura do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

2. O prazo máximo para execução dos serviços será de **7 dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.
3. Em caso de condições climáticas adversas, dificuldades de acesso ou interferências que impeçam a execução, o prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa formal da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.
4. A CONTRATADA deverá comunicar diariamente o andamento dos trabalhos, informando eventuais interrupções ou mudanças no cronograma.
- 5. O prazo de validade do contrato é de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal regulamentada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/214.**
6. Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal regulamentada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/21, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, permitindo-se ainda, eventuais negociações entre as partes.
7. No caso de registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (conforme art. 136 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021):
- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato.
 - b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato.
 - c) alterações na razão ou na denominação social do contratado.
 - d) empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 1.1.** Acompanhar a entrega do objeto previsto no Contrato, nos termos do inciso III do art. 104 da Lei nº 14.133/2021, através do fiscal do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da CONTRATADA constantes neste contrato.
 - 1.2.** Atestar a prestação de serviços de pleno acordo com as especificações definidas no contrato, através da Secretaria responsável.
 - 1.3.** Controlar e acompanhar a execução dos serviços.
 - 1.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa que vier a ser CONTRATADA.
 - 1.5.** Comunicar imediatamente a empresa que vier a ser CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços.
 - 1.6.** Aplicar penalidades a empresa que vier a ser CONTRATADA, por descumprimento das condições estabelecidas neste contrato.
 - 1.7.** Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa que vier a ser CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
 - 1.8.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da CONTRATADA:

1.1. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros em razão de acidentes por ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, vindo a responder ainda pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas previstas em Contrato.

1.2. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços os quais deverão estar de acordo com as especificações da proposta e da dispensa de licitação.

1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

1.5. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento dos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.

1.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes a materiais, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

1.7 Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados no termo de referência.

1.8 Propiciar o acesso da fiscalização do CONTRATANTE aos serviços prestados, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas; A atuação da fiscalização do CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

1.9 O objeto deverá ter seu início após assinatura do contrato.

1.10 A prestação dos serviços possui natureza especializada, demandando profissional geólogo ou engenheiro devidamente registrado no CREA e com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para o objeto.

1.11 Fica vedada a subcontratação.

1.13 Os serviços deverão ser realizados com equipamentos adequados e demais acessórios e materiais necessários para a execução dos serviços pertinentes.

1.14 Os equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades deverão ser fornecidos pela empresa contratada, assim como o fornecimento de equipe especializada para execução dos serviços.

1.15 O escopo das atividades deve incluir:

Executar os serviços de sondagem SPT em total conformidade com as normas técnicas:

ABNT NBR 6484

NBR 8036

NBR 7250

NBR 6502

NBR 6122 e boas práticas do Manual de Sondagens da ABGE.

Fornecer todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a execução dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

serviços, incluindo tripé, hastes, amostrador, bombas, equipamentos de perfuração e demais acessórios.

Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por sondador e auxiliares, supervisionados por engenheiro ou geólogo responsável.

Emitir ART referente à execução da sondagem, conforme exigência do CREA/RS.

Registrar todos os dados de campo, incluindo:

- número de golpes (NSPT)
- avanço por metro
- nível do lençol freático
- descrição das amostras
- profundidade final
- eventuais interferências

Entregar relatório técnico completo, contendo:

- perfis estratigráficos
- tabelas de valores NSPT
- descrição das camadas
- recomendação para o tipo de fundação mais adequado
- fotografias das amostras (quando necessário)
- conclusões gerais
- ART anexada

Garantir segurança no local de trabalho, seguindo as normas NR-18, NR-21, NR-24 e NR-26.

Zelar pelos equipamentos e pelo local, mantendo a área limpa durante e após a execução.

Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que impeça ou dificulte a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, na figura das servidoras Carina Hiromi Sato e Luciana Aparecida de Moraes.

Parágrafo único: A responsabilidade de que trata o caput desta cláusula não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE e a TERCEIROS.

2. Dentre as responsabilidades do fiscal, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

3. Fica designado como Gestor do presente contrato, o Secretário Municipal de Saúde Nelci Antônio Martinelli.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde

0902 10 301 0047 2050 339039 00 00 00 00 500 0000

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser extinto conforme o Artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

1. A CONTRATADA, conforme os Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, estará sujeita às seguintes penalidades

1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.2. Multa, no percentual de 20% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

- 1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
2. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 2.2. As peculiaridades do caso concreto.
 - 2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
 - 2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

1. O presente contrato está embasado no **Processo Administrativo nº 171/2025, Dispensa de Licitação nº 091/2025** e na Lei Federal nº 14.133/21. **Com fundamento no art. 75, inciso II da lei nº 14.133 de 2021.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - POSSIBILIDADE DE ASSINATURA DIGITAL

1. Acordam as partes que o presente instrumento pode ser assinado com a utilização de ferramentas de assinaturas e a validade eletrônica, bem como as assinaturas e a página de certificação, que tornar-se-ão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Elegem as partes, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Ronda Alta/RS para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Ronda Alta - RS, 00 de de 2025.

MUNICÍPIO DE RONDA ALTA – RS
MARCOS MIGUEL BEUX
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

NELCI ANTONIO MARTINELLI
GESTOR DO CONTRATO

LUCIANA APARECIDA DE MORAES
FISCAL DO CONTRATO

CARINA HIROMI SATO
FISCAL DO CONTRATO

EVERSON LUIZ PANDOLFI
AOB/RS Nº 28.733
Assessor Jurídico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA/RS

Prezados Senhores

PROPOSTA DE PREÇO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2025.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Edital, com todas as condições aceitas.

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE: Informar a Razão Social, o CNPJ/MF, a Inscrição Estadual, o Endereço e o Telefone, o Endereço Eletrônico, o Nome do Representante Legal, Cargo.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO: Indicar o preço unitário (somente duas casas decimais, após a vírgula) e valor total do item, conforme modelo abaixo (adicionar quantas linhas for necessário para o fechamento da proposta).

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço	01			

VALOR TOTAL DE R\$ (Por extenso)

3.Executar os serviços de sondagem SPT em total conformidade com as normas técnicas:

- ABNT NBR 6484
- NBR 8036
- NBR 7250
- NBR 6502
- NBR 6122 e boas práticas do Manual de Sondagens da ABGE.
- Fornecer todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços, incluindo tripé, hastes, amostrador, bombas, equipamentos de perfuração e demais acessórios.

4.Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por sondador e auxiliares, supervisionados por engenheiro ou geólogo responsável.

5.Emitir ART referente à execução da sondagem, conforme exigência do CREA/RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

6.Registrar todos os dados de campo, incluindo:

- número de golpes (NSPT)
- avanço por metro
- nível do lençol freático
- descrição das amostras
- profundidade final
- eventuais interferências

7.Entregar relatório técnico completo, contendo:

- perfis estratigráficos
- tabelas de valores NSPT
- descrição das camadas
- recomendação para o tipo de fundação mais adequado
- fotografias das amostras (quando necessário)
- conclusões gerais
- ART anexada

8.Garantir segurança no local de trabalho, seguindo as normas NR-18, NR-21, NR-24 e NR-26.

9.Zelar pelos equipamentos e pelo local, mantendo a área limpa durante e após a execução.

10.Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que impeça ou dificulte a continuidade dos serviços.

Prazo dos serviços: 7 DIAS CORRIDOS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO

O valor total proposto acima contempla todas as despesas necessárias à plena entrega do objeto, tais como, impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, alimentação e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DA PROPONENTE

(obs.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)